

## **Cerimónia de lançamento do contrato de colaboração entre o Estado Português e a *Carnegie Mellon University*, CMU**

Aveiro, Lisboa, 27 de Outubro de 2006

Intervenção do Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior,  
**Manuel Heitor**

Senhor Primeiro Ministro  
Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

Caros Colegas, minhas senhoras e meus senhores,

Os contratos que hoje vão ser assinados vêm reforçar a ambição do Governo de estimular a internacionalização das instituições de ensino superior e de ciência e tecnologia, tendo por base projectos orientados de **formação avançada**, esquemas sustentáveis de estímulo a novo **conhecimento** e a valorização de novas **ideias**. Reforçamos assim, e mais uma vez, a prioridade nas pessoas, no conhecimento e nas ideias e, hoje, consagramos esta prioridade em torno da área das **“tecnologias de informação e comunicação”**, porque pretendemos promover o ensino, a investigação e o desenvolvimento empresarial em temas que são hoje críticos para “Ligar Portugal”, assim como para o desenvolvimento da economia do conhecimento que emerge.

Este programa vem garantir a vontade e o esforço de fazer mais e melhor por todos aqueles que se disponibilizaram voluntariamente para serem avaliados por colegas da CMU. Como resultado, foram identificadas oportunidades inéditas para reforçar a capacidade de I&D e de ensino pós-graduado em Portugal num contexto internacional, tendo os investigadores, os docentes e as empresas envolvidos no exercício de preparação desta iniciativa decidido centrar o Programa em temas de **processamento e redes de informação**, incluindo engenharia de software, redes de informação, segurança de informação e tratamento computacional da língua, mas envolvendo componentes aplicacionais de **redes e tecnologias de sensores**, assim como de análise de **políticas de telecomunicações e de gestão do processo de mudança tecnológica**, envolvendo, ainda, a área de **ciências básicas** em matemática.

Estas opções respondem, claramente, às prioridades inscritas na iniciativa “Ligar Portugal”, desenvolvida no âmbito do Plano tecnológico do Governo, no que respeita à promoção das actividades de investigação e desenvolvimento directamente relacionadas com a promoção da sociedade de informação em Portugal. Sabemos que a base de conhecimento dos sectores das tecnologias de informação e comunicação se tem transformado, particularmente durante a última década, assumindo de uma forma crescente um carácter complexo, para além de distribuído institucionalmente. Deste modo, o programa inclui temas diversificados, das ciências da computação às ciências básicas, compreendendo aplicações modernas e socialmente exigentes das tecnologias

de informação e comunicação, nomeadamente no que respeita à gestão de infra-estruturas críticas, como aquelas associadas a redes de transportes, redes de energia ou a redes de água.

Mas a nossa ambição é também a de estimular a competitividade da nossa sociedade garantindo o acesso ao conhecimento e tecnologias desenvolvidas numa gama alargada e diversificada de instituições, que se constituem como bases distribuídas de conhecimento. Foi também por isso que exigimos à CMU desenvolver projectos em redes diversificadas de várias instituições portuguesas. Este é um processo naturalmente complexo, que temos de aprender a gerir e a otimizar nos próximos meses. Exige, naturalmente, a compreensão e solidariedade pessoal e institucional, o que só poderá ser atingido com base em critérios claros de rigor científico.

Permitam-me identificar, desde já, três principais características, particularmente inovadoras, dos acordos que hoje vão ser assinados e do seu significado para a afirmação internacional de Portugal.

**Primeiro**, o contexto institucional, pois na sequência do relatório de avaliação da CMU, o Programa que hoje estamos a lançar tem por base o **desenvolvimento conjunto, entre a CMU e Portugal, de um instituto internacional de natureza virtual**, a designar por “Information and Communication Technologies Institute”, ICTI, o qual funcionará com dois pólos distintos, nomeadamente em Portugal e na CMU.

A natureza simbólica deste acto é determinante para o contexto que emerge em ciência e no desenvolvimento tecnológico, o qual exige que pessoas, nomeadamente investigadores e docentes em instituições de ensino e de investigação, mas também em empresas, encontrem o contexto institucional adequado aos desafios e à necessidade de promover a integridade necessária ao desenvolvimento científico e ao relacionamento entre a comunidade científica e as empresas.

Mas criámos uma novo instituto também porque em sintonia com o “Compromisso com a Ciência” do Governo, é aconselhável que a participação nacional no “Programa CMU-Portugal” seja assegurada por **redes temáticas** de investigadores e de centros e unidades de investigação em estreita colaboração com empresas e outras instituições científicas, públicas e/ou privadas, de uma forma que seja estruturante para reforçar a capacidade científica nacional e **criar massas críticas** que facilitem a afirmação internacional de Portugal. Naturalmente que esta estratégia vem também possibilitar uma melhor integração da oferta de pós-graduação nas actividades dos **centros e unidades de I&D**, estimulando a sua afirmação no processo de reforma progressiva das instituições de ensino superior.

Se é verdade que o novo instituto vem criar um novo ambiente de cooperação entre centros de I&D, é também necessário admitir que consiste num desafio inédito para a afirmação de redes de cooperação científica internacional que vai depender do empenho e esforço de todos aqueles que em Portugal e na CMU se venham a envolver no programa.

O **segundo aspecto** que gostaria de salientar diz respeito à estrutura dos programas de educação que estão planeados no âmbito da parceria com a CMU. Incluímos apenas **graus duplos** em associação entre as instituições portuguesas e a CMU, de uma forma que vem garantir que qualquer mestre ou doutor formado no âmbito dos novos programas agora lançados terá simultaneamente um grau da CMU e de pelo menos uma instituição portuguesa. Refiro-me concretamente a mestrados profissionalizantes nas áreas de redes de informação, de engenharia de software e em segurança de infra-estruturas de comunicação, mas também a doutoramentos em engenharia electrotécnica e de computadores, em ciências da computação, em matemática e na área da análise de processos de mudança tecnológica e inovação.

A nossa ambição é reforçar as instituições nacionais num contexto internacional, estimulando a oferta da pós-graduação ao melhor nível internacional e, acima de tudo, potenciar a atracção de novos talentos para Portugal. A ambição é de facto **fazer de Portugal um lugar de referência para o estudo e a investigação**, disponibilizando um ambiente favorável à dinamização de novas redes e parcerias com impacto no tecido social e económico, e nas empresas em particular.

Neste contexto, permitam-me, de facto, que refira o nível de envolvimento empresarial como **terceiro aspecto particularmente inovador nos acordos que vão ser hoje assinados**. Neste âmbito, a nossa ambição é usar a oportunidade que o Programa CMU-Portugal vem abrir no contexto das novas parcerias em ciência e tecnologia que o Governo decidiu lançar, para estimular em Portugal um novo contexto para o desenvolvimento empresarial e para as relações entre o sistema científico e o tecido económico.

Noto que hoje, e aqui, o operador incumbente em Portugal, o Grupo Portugal Telecom, assume a coordenação dos parceiros empresariais do novo Instituto e do Programa CMU-Portugal, comprometendo-se a co-financiar o programa, mas, sobretudo, assumindo, de forma inédita em Portugal, o compromisso perante os Portugueses de disponibilizar recursos humanos e materiais para o envolvimento activo no desenvolvimento de projectos de I&D de forma que as suas despesas intramuros em I&D sejam duplicadas até ao final de 2009, devendo essa despesa atingir 1.5% do total a facturação até 2011. **Repito, 1.5% do total a facturação até 2011!** ...eram 0.2% segundo os últimos dados publicados pela Comissão Europeia. A Portugal Telecom aceita assim o desafio de se especializar e de se colocar ao nível dos operadores de referência internacional em termos da sua intensidade tecnológica, devendo o seu envolvimento em programas europeus de I&D ser estimulado de forma a, pelo menos, duplicar a sua participação em projectos de I&D no âmbito do Programa Quadro europeu de I&D.

Mas a mobilização das empresas em torno do programa que hoje estamos a lançar é também abrangente. Ainda neste contexto, a Novabase, uma das maiores empresas nacionais de sistemas de informação, também se afilia ao novo Instituto, co-financiando o programa, mas tendo também aceite o desafio

de reforçar as suas despesas intramuros em I&D, devendo essa despesa também atingir em média **1.5% do total a facturação até 2009**.

A Siemens Networks Portugal também se afilia desde já ao programa e assume o compromisso das suas despesas intramuros em I&D passarem a representar anualmente pelo menos **5% do valor total da facturação**. O número de doutorados contratados pela Siemens Networks Portugal deve atingir valores semelhantes às melhores práticas internacionais, devendo ser garantido 10 novos contratos de doutores até ao final de 2009, assim como 25 novos contratos de especialistas nos próximos 5 anos.

Mas é também no contexto da mobilização selectiva de empresas líderes de mercado que o novo Instituto criado em parceria com a CMU afilia ainda um conjunto de pequenas e médias empresas de base tecnológica, as quais assumem que o **número de doutorados atinja 5% dos seus quadros de pessoal** ou que garantam, pelo menos, 1 novo contrato de doutor até ao final de 2009, garantindo valores semelhantes às melhores práticas internacionais. Estas empresas assumem ainda que as suas despesas intramuros em I&D sejam duplicadas até ao final de 2009, ou atinjam pelo menos **5% do total da facturação**.

De facto, a nossa ambição é estimular em Portugal um novo contexto para o desenvolvimento empresarial e para as relações entre o sistema científico e o tecido económico, alavancando o desenvolvimento de empresas de base tecnológica. É, assim, claro o papel que o Estado assume no desenvolvimento científico e tecnológico, concentrando esforços no investimento em pessoas, no conhecimento e em ideias, alavancando ligações com o tecido produtivo e com as empresas em particular. Enquanto o investimento público é concentrado no estímulo a novas oportunidades e no reforço da capacidade científica, exige-se a responsabilidade social às empresas de investir na aplicação e valorização desse conhecimento, de uma forma que todo o nosso sistema de ensino superior e de ciência e tecnologia se afirme e consolide à luz dos mais exigentes padrões internacionais. De facto, os compromissos assumidos hoje mostram que é possível acreditar que podemos aprender a construir e promover um Portugal sempre mais moderno, capaz de enfrentar com sucesso os desafios do futuro.

Resta-me fazer uma referência final e muita sincera a todos aqueles que permitiram a concretização desta nova fase de internacionalização das instituições portuguesas de ensino superior e de investigação e desenvolvimento. Refiro-me sobretudo a todos os **investigadores e docentes universitários** que ao longo das últimas décadas conseguiram impor a sua capacidade a nível internacional e promover a nossa capacidade científica e tecnológica nacional junto das melhores instituições a nível mundial.

Muito obrigado pela V/ atenção,

Manuel Heitor  
Aveiro, 27 de Outubro de 2006